

# Sobre a tradução no orientalismo britânico<sup>19</sup>

Leandra Yunis<sup>20</sup>

**Resumo:** O artigo aborda a organização dos trabalhos de tradução empreendidos pela Royal Asiatic Society of Britain and Ireland em fins do XIX, as rotas islâmicas de tradução e transmissão científica pesquisadas pelos orientalistas e questões relativas a historiografias nativas e História da ciência. O objetivo é trazer aportes para a discussão da historicidade assimétrica no Orientalismo acadêmico, pensando a colaboração nativa em traduções historiográficas e o peso da investigação orientalista no debate dos marcos históricos fundacionais da noção de Modernidade.

**Palavras-Chave:** Orientalismo; Tradução; Historiografia; Royal Asiatic Society; História da Ciência.

## NOTES ON TRANSLATION IN BRITISH ORIENTALISM

**Abstract:** The article addresses the organization of translation work undertaken by the Royal Asiatic Society of Britain and Ireland at the end of the 19th century, the Islamic routes of translation and scientific transmission researched by Orientalists and issues related to native historiographies and History of science. The goal is to bring contributions to the discussion on asymmetric historicity in scholar Orientalism, thinking about native's collaborations in historiographical translations and the weight of orientalist research for the debate of the historical foundational parameters to the notion of Modernity.

**Key-words:** Orientalism; Translation; Historiography; Royal Asiatic Society; History of Science.

*Quem nada possui, por nada é possuído*

---

<sup>19</sup> Esse artigo contém parte da pesquisa de Pós-Doutorado (2019/2020) realizada pelo Programa de Estudos da Tradução (Poet) da Universidade do Ceará, com bolsa CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (número do processo: 150326/2019-0).

<sup>20</sup> Membro docente da Cátedra Edward Saïd da Unifesp. Formada em História pela USP, com formação complementar em Arqueologia (MAE) e especialização em Dança e Consciência Corporal pela FMU, mestre e doutora em Línguas Orientais/Árabe pela USP, pós-doutorado em Estudos da Tradução pelo Poet/UFC. Pesquisa os seguintes temas: Orientalismo, tradução & historiografia, Coreopoéticas asiáticas & mística, Literatura Persa. Membro correspondente do British Institute of Persian Studies. OrCid: 0000-0002-9555-3921 Email: [Leandra.yunis@unifesp.br](mailto:Leandra.yunis@unifesp.br).

No entender de Edward Said, o Orientalismo acadêmico, nascido de uma mentalidade classificatória positivista, teria se caracterizado no campo da tradução por um processo de filtro e simulacro que, entre outras coisas, contribuiria para produzir uma assimetria histórica na representação do Outro (Said, 2007, p. 232). O principal traço dessa assimetria seria a polarização entre Ocidente, como signo do progresso e da ciência, *versus* Oriente, visto como um lugar retrógrado, irracional e primitivo, de passado glorioso em contraste com um presente decadente. A escola histórica europeia, então marcada pelo eurocentrismo, legaria supostamente tal pensamento da atividade acadêmica orientalista, apesar da escassa participação dos historiadores europeus “de ofício”, cujos métodos e recortes foram inicialmente de pouca valia para o estudo de sociedades tão diferentes e cujas fontes e gêneros textuais implicaram em um claro desafio linguístico-filológico. A presença de fontes e obras historiográficas em idiomas pouco ou nada dominados pelos europeus levou, como hoje é sabido, à colaboração de nativos na tradução e nas investigações filológicas, históricas e arqueológicas dos principais projetos orientalistas do XIX e XX, o que nos leva a questionar: Como teriam sido realizadas, realmente, as pesquisas históricas produzidas no âmbito orientalista e o que elas nos legam?

Dada a heterogeneidade intelectual e cultural dos orientalistas, uma discussão sobre historicidade começou a despontar em estudos mais ou menos recentes sobre tradução e orientalismo, dentre os quais pensadores autóctones observaram a “falta, ausência ou repressão de uma consciência da assimetria e da historicidade em vários tipos de escritos sobre a tradução” (Niranjana, 1992, pp. 8-9). Alguns consideram positiva a universalização dos materiais resultante da atividade tradutória orientalista, apesar da influência colonialista (Trivedi, 1995), enquanto outros problematizam uma possível ruptura da historicidade na gestação do “terceiro lugar” que se abre no espaço fronteiro da interculturalidade (Bhabha, 1994). Autores da diáspora, por outro lado, propõem re-encenar a intertextualidade Oriente-Ocidente para dirimir as questões identitárias e de assimetria histórica (Tavakoli-Targui, 2001), ou ressignificar o orientalismo como paradigma, no sentido de revisar epistemologias em alteridade (Hallaq, 2018), especialmente no que concerne à História da Ciência e a concepção progressista por detrás da chamada era da Modernidade.

No centro dessa discussão sobre historicidade e orientalismo, a questão da tradução parece incontornável. Pensando nisso à luz da teoria da tradução de Henri Meschonnic, para quem historicidade e alteridade são indissociáveis (2007), passei a observar então a colaboração e atuação de eruditos europeus e de intelectuais pertencentes culturalmente às sociedades investigadas, denominados “nativos” pelos orientalistas, em operações tradutórias ligadas à investigação histórica no âmbito do Orientalismo britânico. Apresento abaixo o resultado dessa minha investigação empírica em fontes documentais institucionais,<sup>21</sup> pontuando em seguida algumas rotas de tradução do saber islâmico de importância tanto para o estudo historiográfico quanto da tradução. Concluo este artigo com alguns apontamentos sobre um circuito indiano de traduções ligado a uma vertente historiográfica distintiva em língua persa.

### ***A tradução no projeto da RAS***

Começamos observando o modo como a Sociedade Real Asiática da Irlanda e Grã-Bretanha, a instituição oficial do orientalismo britânico ligado diretamente à Coroa, organizou-se desde a fundação, no início do século XIX, e o processo pelo qual chegou posteriormente a interligar pesquisadores de diferentes áreas e instituições, entre fins do XIX e início do século XX, em atividades voltadas especialmente para a investigação histórica e tradução. A exemplo da Sociedade Asiática de Bengala criada em 1784, a *Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland* (RAS) foi fundada em 1823 com a missão pética de “investigar as ciências da Ásia e inquirir sobre as artes do Leste com a esperança de facilitar melhorias das quais elas possam ser suscetíveis” (*Transactions*, vol. 1, 1827, p. xviii). Estabelecida com o propósito explícito de coletar, copiar, transcrever, traduzir e difundir materiais basicamente literários, científicos e historiográficos, a RAS dividiu os trabalhos em três eixos principais, “História”, “Belles Lèttres” e “Ciências”, a serem realizados por comitês, também organizados em uma estrutura tripartite: um Comitê de Traduções, um Fundo de Traduções, dedicado aos trabalhos com manuscritos, e um Comitê do Correspondência, para contato com as filiais e outras instituições do gênero e responsável pela publicação do periódico institucional.

---

<sup>21</sup> Todas as citações de fontes documentais e obras originalmente em inglês são de tradução da autora.

Via de regra, a RAS não financiava pesquisas e sim traduções de manuscritos e subsidiava eventuais publicações com resultados em áreas de interesse. O Fundo de Tradução Oriental recebeu patronato inicial direto do rei George IV e de diversos *gentlemen* de diferentes graus de nobreza e outros membros abastados.<sup>22</sup> O Comitê de Tradução era formado por um diretor, cinco vice-diretores, um auditor, um tesoureiro, um secretário e 85 membros dos quais 12 eram militares em missões coloniais e 26 eram acadêmicos, a maioria deles reverendos e professores de línguas semíticas e orientais (hebraico, árabe, aramaico, persa antigo) ou religião, especialmente oriundos do campo dos estudos bíblicos. Além disso, o comitê integrou missionários e diplomatas, os reitores de Magdalen Hall (Oxford) e do College Anglo-Chinês (Malaca), o príncipe de Wales e os cônsul de Alexandria, Malaca (Indonésia) e Bona (Coreia), além de 32 membros ligados diretamente às outras Sociedades Asiáticas do Ceylão, Índia e China e mais de 30 agentes em atividades no estrangeiro.

O primeiro comitê central, de composição mista (eruditos, missionários e oficiais), tinha por sede um escritório em Londres e era responsável pela correspondência e a colaboração internacional com os Institutos Asiáticos de outras nações e pela coordenação de comitês estabelecidos em Roma, Edessa e São Petersburgo e no Extremo Oriente e Coréia, e da filial principal em Calcutá que, por sua vez, coordenava os comitês locais de Madras, Bombaim, Bengala, Bencoleen e Lahore. Os comitês locais eram encarregados de promover diretamente as pesquisas, estabelecer contato com instituições locais e cooptar nativos para colaborar na transcrição e tradução de manuscritos raros e de livros de natureza científica, religiosa, historiográfica e literária, destinados a edições totais ou parciais, com ou sem ilustração, no inglês e, excepcionalmente, no francês ou no latim, produzidas em Londres. Todos os comitês deveriam seguir o regulamento geral da RAS (*Regulations*, vol. 1, 1827) e poderiam adquirir obras e manuscritos para os trabalhos inclusive com o propósito de presentear indivíduos ou instituições às expensas do Fundo e fazer o que fosse

---

<sup>22</sup> Os duques de Wellington, Clarence, Sussex, Cambridge e Gloucester, este último chanceler da universidade de Cambridge; o príncipe Leopoldo de Saxe Coburg; o Arcebispo de Canterbury e o Alto Chanceler Real; o marquês de Lansdowne; o conde Spencer; os lordes viscondes de Melville, Goderich, lorde Grenville, chanceler da Universidade de Oxford; lorde Bentinck, governador Geral da Índia, bem como Sirs. Barnes e Malcolm e Lushington, governadores de Ceilão, Bombay e Madras, respectivamente; o general Colebrook, fundador e diretor geral da RAS, e o presidente da instituição William Wyns.

necessário para desenvolver os planos descritos no seu prospecto (*Transactions*, vol. 2, 1830, apêndices).

As traduções foram incentivadas, inicialmente, pela oferta de prêmios entre 50 e 200 libras por trabalho e medalhas de ouro.<sup>23</sup> As edições, orçadas em torno de 125 libras para as primeiras 250 cópias, eram destinados à venda direta para cobrir as impressões; o segundo lote saía a 35 libras e era vendido fechado aos subscritores. Os subscritores de primeira classe tinham direito a uma cópia em papel fino de cada publicação, com seu nome ou o da instituição impresso na folha de rosto, como dedicatória; os subscritores de segunda classe recebiam gratuitamente um volume e pagavam metade do preço nos demais. As traduções e edições de manuscritos, artigos de pesquisa e correspondências, deliberações e atas, eram publicados sem custo para autores no periódico *Transactions of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland* que, a partir da 4ª. edição, em 1834, foi rebatizado de *Journal of the Royal Asiatic Society* (*Transactions*, vol. 3, 1835), quando passou ou ser comercializado também individualmente (idem, vol. 2, 1830, pp. xxx-xxxii).

Em termos de perfil investigativo, eram convidados todos aqueles com “predileção pela pesquisa histórica e de antiquário” (*Centenary*, 1923, p. vii). Na ocasião da fundação, havia sido emitido um *Plano para a tradução e publicação de obras de valor e interesse em História oriental, Ciências e Belles-Lettres*, visando materiais “que ainda se encontrem em manuscritos nas Bibliotecas de Universidade, no Museu Britânico e na Casa das Índias Orientais, e em outras Coleções na Ásia e África, bem como na Europa; e para a provisão dos Fundos visando a execução do objetivo proposto” (*Transactions*, vol. 2, 1830, p. xxiii). O documento explicita o objetivo de reunir documentos históricos, científicos e literários e o apelo aos envolvidos com *Belles Lettres*, visto que a principal estratégia nesse sentido era obter a adesão de especialistas em línguas orientais, sobretudo das áreas de línguas e filologia, na tarefa de editar manuscritos e verter textos sobretudo em hindustani, urdu, sânscrito, árabe, turco e persa, para os idiomas europeus.

---

<sup>23</sup> Este não era um valor baixo, 1 libra em 1840 corresponderia a 104,50 da atual (<https://www.in2013dollars.com/uk/inflation/1840>); historicamente, em 1846 se estabelece a paridade mil réis ~27 pences (ou seja, 1 libra ~4 mil réis), e em 1867 o imposto sobre escravo variaria de 4 a 10 mil réis anuais, 200 libras equivale, portanto, a 2 mil vezes o valor do imposto mínimo anual sobre um escravo no Brasil – ver mais em LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer; MADUREIRA, Lucena Barbosa, CANAVARROS, Octavio, FERES, Zakia; GONÇALVES, Sonia. [Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 - resultados preliminares](#), *Revista Brasileira de economia*, v.25, n.4, out-dez, FGV, 1971, pp. 235-265.

Embora o termo francês pareça um nítido orientalismo (e o é de fato, ao menos terminologicamente), ele apenas traduz um critério extraído da própria erudição islâmica: significa aqui todo relativo ao *adab*, a formação e etiqueta culta do literato que engloba um vasto conhecimento não só da língua e da literatura, mas da produção escrita em geral, incluindo, portanto, escrituras sagradas, tratados e livros de teor filosófico e científico (em sentido global).

A publicação de traduções de obras nativas visava fomentar o interesse de instituições acadêmicas, o que atraiu de início a adesão de Oxford, Cambridge e Glasgow e das escolas e seminários militares vinculados à Companhia das Índias Orientais, como os de Aberdeen e Haileybury. Já os membros participantes da RAS tinham perfil heterogêneo e funções variadas, sendo inicialmente classificados em 5 tipos: *residentes*, habitantes da Grã-Bretanha e Irlanda, *não residentes*, em geral britânicos vivendo fora da Inglaterra, *honoráveis*, em geral estrangeiros de alto escalão ou que tivessem feito contribuições notáveis (como a doação de coleções de manuscritos valiosos etc), *estrangeiros*, que a princípio não excederiam 50 vagas; e *correspondentes*, ou seja, qualquer pessoa fora do território britânico europeu que tivesse interesse em subscrever-se para adquirir a publicação e contribuir igualmente com informações de valor.

Dentre os membros honoráveis, encontram-se os da casa, duque de York e príncipe de Gales; o rei de Oude e o raja de Tanjore, representando reinos de herança islâmica na Índia; e o príncipe persa Abbas Mirza. Dentre os primeiros membros de perfil acadêmico, estão os professores F. C. Belfour (Língua árabe, Universidade de Corfu, Grécia), capitão J.W.J Ouseley (Árabe e Persa, College Fort-William, Calcutá), I. Bentley (Línguas Orientais, King's College, Aberdeen), reverendo Gavin Gibb (Línguas Orientais na Universidade de Glasgow), J. Kidd (Línguas Orientais, Blarischal College, Aberdeen), reverendo Samuel Lee (Árabe, Cambridge), V. Knatchbull (arcebispo de Laud, Árabe, Oxford), J. Sheakespear (Línguas Orientais, Seminário Militar de Addiscombe), Ibrahim Muhammad Mirza, e um grupo de professores do College de Haileybury: E. V. Schalch (Línguas Orientais), Major C. Stewart (Árabe, Persa e Literatura Hindustani) e reverendo H. G. Keene (Árabe, Persa e Literatura Hindustani). Além deles, o bibliotecário da Companhia das Índias Orientais, C. Wilkins, T. P. Platt, associado do Trinity College (Cambridge), o bibliotecário honorário da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, e o reverendo J. Forshall, chefe da Coleção de Manuscritos do Museu Britânico.

Havia um único intérprete oficial, destinado para a língua persa. O árabe já era relativamente dominado pelos acadêmicos britânicos e era comum a requisição dos chamados *dragomans* turcos, intérpretes do árabe, e eventualmente persa, para aquela vasta porção do mundo árabe que fazia parte do império otomano, penetrada então pelos europeus apenas comercialmente. Contudo, era o persa, com efeito, o idioma mais relevante para o projeto orientalista, não somente por causa dos abundantes materiais em urdu, hindustani e sânscrito grafados na escrita cursiva árabe, mas com base no alfabeto persa, ou traduzidos para persa, encontrados no continente indiano, mas sobretudo pelo fato de ter sido a língua histórica administrativa e artística da região visada pelos ingleses: Ásia Central, Meridional e parte do Oriente Médio (atual Turquia, Afeganistão, Irã). A existência de um intérprete oficial do persa (e nenhum do árabe) se dava por razões bastante pragmáticas, que atendiam tanto aos interesses da Coroa quanto a dos membros honorários aliados (um governante persa e dois indianos de antigos domínios islâmicos). Assim, na época da fundação da RAS, quem ocupava o posto era requisitado para obter informações estratégicas junto aos *parsis*<sup>24</sup> de Surat e Bombay a respeito dos “inimigos de fronteira” – os Marathis, situados numa grande porção à Oeste da Península que se expandiam com apoio de hinduístas e budistas.

O príncipe persa, Muhamad Mizra, sucessor de Abbas e famoso por seu interesse em fotografia e na modernização da Pérsia, favoreceu a formação desses intérpretes e permitiu as investigações em suas fronteiras visando fortalecer a aliança inglesa contra as investidas russas, razão pela qual praticamente todos os emissários destinados a Teerã eram quadros destacados do exército com bom domínio da língua: comandante em chefe britânico na Índia, coronel T. Macan, Henry Willock, J. Macdonald, e muitos outros, incluindo o general Henry Creswicke Rawlinson, figura na qual nos deteremos mais adiante.

Apesar desse favorecimento por parte da elite política muçulmana e persa na região, a sociedade britânica declarava interesse em todas as culturas de passado islâmico, desde a Península Ibérica até o Norte e Costa Oriental da África e Sudeste Asiático. Além do árabe, do turco, do hindustani e do persa, as demais línguas e dialetos locais eram estudadas pelo seu “valor antropológico” intrínseco, o que deveria convergir para uma utilidade geoestratégica, claramente ligada ao interesse imediato da dominação do

---

<sup>24</sup> Sacerdotes zoroastrianos de destacado prestígio e trânsito diplomático no continente indiano.

território indiano. Como enfatizou o coronel Colebrook, em seu discurso de abertura:

Nem as nossas investigações se limitam ao velho continente, nem à História ou a busca dos tempos antigos. O empreendimento moderno adicionou ao mundo o que ficou conhecido como “segundo continente asiático”, o qual as colônias inglesas anexam ao domínio britânico. A situação da Ásia Austral conecta-a ao Arquipélago indiano. Sua ocupação pelas colônias inglesas está relacionada à Índia Britânica, de cuja nova nação, onde tudo é estranho, muito ainda há a ser aprendido. Sua singular geografia física, suas produções peculiares, seus fenômenos climáticos, apresentam inúmeros objetos de questionamento e há diversas dificuldades a superar na solução do problema da adaptação das artes da Europa à nova situação daquele distante território. (*Transactions*, vol. 2, 1830, pp. xxi-xxii)

Militares, pesquisadores e funcionários públicos eram incentivados a atuar em investigações acadêmicas e a colaborar na coleta de informações úteis para embasar transações políticas, operações de guerra, negócios, indústria, leis e incremento científico tecnológico. Visavam-se, sobretudo, “livros manuscritos coletados no Oriente”, ou materiais relativos às “crenças, superstições e curiosidades”, os quais, trazidos pelos exploradores europeus no retorno à terra natal constituíam “recompensas” e tesouros a serem “preservados em repositórios públicos e privados, imunes à decadência iminente à qual estariam sujeitos” (*Transactions*, vol. 2, 1830, p. xxi).

Quanto aos aspectos culturais ou religiosos, o interesse recaía em especial naqueles povos que “mudavam de hábitos”: os descendentes árabes colonos da Costa Oriental Africana e da Península Índica, Ceilão, Ilhas Maldivas e Laquedivas, Comoro e Madagascar. Também interessavam as práticas “adulteradas” dos budistas e suas alterações na Tartária, Tibet, Nepal, territórios siameses e birmaneses, Camboja, Laos, China, Cochinchina, Japão e Ceilão, onde se abriam os ramos da Sociedade Asiática do Extremo Oriente e Coreia. Todo esse conhecimento seria valioso somente na medida em que servisse para a “troca de um conhecimento inestimável por outro”: como exemplifica o caso das investigações na Universidade de Casan, na Rússia, sob os auspícios da imperatriz Catarina II, cópias de trabalhos relativos a todas as línguas faladas nos seu território, outrora impressos para o seu uso exclusivo (*Transactions*, vol. 2, 1830, p. lxxii), eram ofertados à RAS em troca de informações sobre as relações de Bukara com a Geórgia, Circásia e Armênia, bem como sobre a última guerra russa com a Pérsia e o conflito na Turquia.

Nessa economia de trocas investigativas, o Comitê de Correspondência da RAS buscou a colaboração das Casas Reais e das Sociedades Asiáticas da Itália, Áustria, Prússia, Holanda, Países Baixos, Nápoles, Dinamarca e Bavária, Portugal, Espanha, dos quais interessavam fontes relativas às antigas colônias na África e Ásia e a presença árabe na Península Ibérica. Além disso, houve aproximação com a antiga Companhia Oriental Alemã, pioneira com sede no Arquipélago australiano, e com a Sociedade Asiática de Paris, com a qual se estabeleceria uma espécie de parceria competitiva.

De todos os espólios culturais a serem pilhados, nenhum era mais desejado do que o científico. Desde o início, a RAS, enquanto instituição oficial da Companhia das Índias Orientais, trabalhava em cooperação com a Instituição Real [de Ciências Químicas], a Sociedade Medico-Botânica e o Instituto de [engenharia] Mecânica, com o objetivo explícito de reunir todo o conhecimento que fosse útil ao avanço tecnológico (maquinarias e indústria), farmacêutico e médico a ser “filtrado e melhorado pelas instituições europeias para depois ser reintroduzido nas colônias para benefício do povo do país, sem qualquer tipo de militância contra sua religião, leis, modos, costumes e preconceitos” (*Transactions*, vol. 2, 1830, p. xlvi). Antes dessa filtragem e melhoria tecnológica, tal conhecimento era obtido por meio da tradução de fontes, atividade a qual Colebrook se referia como um modo de “restaurar” um legado perdido.

Foi certamente com base na constatação desse orientalismo institucional, orientado pelos interesses da Coroa em sua política imperialista, que Said deduziu o uso extremamente ideológico do conhecimento acadêmico produzido a partir de então. Contudo, as mudanças sofridas por aquela instituição em sua aproximação (e dependência) de instituições do saber e eruditos locais, e o debate interno indica uma dinâmica histórica diversa em que a tradução, tarefa central na produção e transferência do conhecimento, foi o ponto nevrálgico de uma dialética de ruptura e inversão do papel acadêmico no projeto orientalista.

A correspondência entre os primeiros membros, por exemplo, deixa transparecer a preocupação com a qualificação técnica dos tradutores empregados, via de regra auxiliares nativos que também eram aproveitados nos trabalhos de edição. Os membros mais pragmáticos, em geral políticos e militares, sugeriam usar mão-de-obra sem formação qualificada para acelerar os trabalhos, enquanto os professores defendiam o uso de pessoas instruídas, especialmente no árabe, persa, sânscrito e urdo/hindustani, para supervisionar edições de manuscritos e traduções produzidas em Londres,

Cambridge ou Oxford. Em uma carta a Sir Alexander Johnston, então representante do consulado real no Ceilão, o reverendo Samuel Lee, professor de árabe e persa em Cambridge, após listar léxicos, gramáticas e uma série de obras literárias e historiográficas a espera de serem traduzidas, reforça que “árabes e persas talvez possam ser empregados para promover o progresso daqueles trabalhos”, dando como exemplo Ibrahim Muhammad Mirza (1800-1857) que o auxiliara pelo parco valor de 200 libras anuais mais acomodação,<sup>25</sup> “sem intenções ulteriores de riqueza”. Convencido de que outros nativos aceitariam trabalhar sob condições semelhantes, Lee sugere a busca de algum mulá (“mestre”; estudioso de origem árabe ou persa) no College da Companhia das Índias Orientais, para supervisionar os trabalhos de impressão em Londres.

Em resposta, um membro do senado hostiliza a proposta e questiona a concentração das traduções nas universidades, acusando os professores de trabalharem em mérito próprio. Como alternativa, Johnston propõe uma velha solução, apresentada anos antes pelo Bispo Watson:

homens habilitados nesses idiomas devem ser convidados de todo canto, formando uma espécie de sociedade, para serem empregados por toda vida sob a direção de pessoas apropriadas, na labuta das traduções. Não há nada pior do que esperar labores imparciais de um pequeno grupo de professores de Hebraico e Árabe; homens de formação liberal não podem ser facilmente convencidos a realizar tal tarefa, e, ainda que o fossem, o assunto pode ser resolvido de uma forma muito mais barata com o trabalho de pessoas inferiores. O valor adequado para remunerar três ou quatro turcos ou persas não seria apropriado como pagamento a um literato, que seria obrigado a produzir anualmente o fruto de diligências incessantes. (*Transactions*, vol. 2, 1830, p.lvi)

O reverendo revida em tom indignado. A universidade não é contrária à contratação de assistentes e revisores nativos, mas é preciso garantir a qualidade dos trabalhos e, inclusive, tentar colaborações voluntárias, como orienta a própria Coroa. Baboo Radhacant Deb, um professor e tradutor de sânscrito nativo que é membro diretor, copiado por Lee na correspondência, interfere da seguinte forma: translitera e traduz um trecho de texto em sânscrito sobre a divisão de dia e noite em horas iguais, acompanhado de

---

<sup>25</sup> Aproximadamente £ 20.900,00 libras em valores atuais (ver nota 6), o que se equipara ao salário de professor de Magistério Superior nível 1 (assistente) em regime parcial (de 20 a 30 horas semanais) em padrões britânicos atuais; o valor da acomodação se refere à sua estadia em Londres.

uma breve interpretação do termo “hora” (*idem*, p. lxii). No lugar de argumentar, a demonstração didática de Deb tinha a evidente intenção de induzi-los a perceber que mesmo a tradução de um vocábulo simples requer uma compreensão profunda do seu significado cultural.

Questões como essas, metodológicas e de formação, preocupavam tanto os estudiosos europeus quanto os colaboradores nativos, e a discussão deixa entrever ainda o problema da autoria, que emerge por detrás da mercantilização de traduções, muitas vezes camuflada sob a encomenda intelectual. Até fins do XVIII, a maioria dos tradutores europeus tinha auxiliares nativos que nem sempre eram referidos nas publicações. Nesse sentido, o ilustre Rabindranath Tagore chegou a propor que se estabelecessem escolas locais para a formação de pesquisadores e assistentes (*idem*, p.lxxvi), pois as esparsas e parcas escolas nas metrópoles tinham o propósito específico de instrumentalizar diplomatas, missionários ou militares, sendo que tais núcleos formativos já dependiam de qualquer forma e em grande medida de eruditos nativos, originalmente ligados às universidades islâmicas ou ordens educacionais e místicas.

Em fins do século XIX, contudo, observa-se uma grande virada no destino da RAS e, conseqüentemente, da maneira como o Orientalismo se consolida como área acadêmica a partir de um estreitamento com a universidade e instituições conexas. A trajetória do oficial de carreira, Henry Creswicke Rawlinson (1810-1895), envolvido nas duas maiores façanhas arqueológicas da História, destacado diplomata na guerra afegã do XIX e um diretor da RAS durante uma severa crise política e econômica, emblematiza essa virada (Rawlinson, 1898).

Ao viajar pela primeira vez à Índia, o jovem cadete Rawlinson se tornaria incidentalmente companheiro de viagem do então governador de Bombay, Sir Jonh Malcom (considerado um dos orientalistas pioneiros), que o aconselha a estudar o persa. Alguns anos depois, ele é chamado a reorganizar e disciplinar as tropas de Muhammad Mizra durante o protetorado britânico, e em seguida designado para liderar expedições ao Monte Zagros, a Noroeste do atual Irã, de 1833 até 1839. Aqui inicia sua façanha mais notória: a descoberta e deciframento da proclamação do imperador persa Dario I (IV a.C.), esculpido em escrita cuneiforme na rocha em persa antigo, babilônio e elamita, no Monte Behistun. Em 1839, ele retorna de Kermanshah para Bombaim, justamente quando o rei persa se volta contra os britânicos para disputar a região do Herat; a meio do caminho, em Kandahar, envolve-se então na guerra afegã contra os russos. Em 1843, após assumir um posto em

Bagdá, o general-arqueólogo segue para a Mesopotâmia, ao encontro de Austen Henry Layard.

Layard, de quem Rawlinson se tornaria amigo e colaborador, é descrito por Brian Fagan como um arqueólogo aventureiro, “excelente em lidar com os habitantes locais” (algo incomum na época), e que cravou o seu nome na História da Arqueologia por ser o único “até hoje a ter descoberto 2 (enormes) palácios em menos de 24 horas”<sup>26</sup> durante as escavações da Biblioteca de Nínive. Na ocasião, o principal assistente de Layard era Hormuzd Rassam, um arqueólogo sírio que fora também assistente de Paul-Émile Botta, a quem é tributada a descoberta da célebre Estela de Hamurabi. Rassam, descrito também por Fagan como um pesquisador nativo de importância incomparável, mas ignorado pela historiografia ocidental, teria deflagrado inclusive uma prática de escavação ancestral em Nínive e integrado a equipe técnica do Museu Britânico, dedicando-se por anos ao deciframento das “tabuinhas” de barro babilônicas pelas quais hoje se conhecem os mitos sumérios mais antigos da História, como a *Epopéia de Gilgamesh*<sup>27</sup> e a *Criação do Mundo (Enuma Elish)*.

Quanto à Rawlinson, após o seu último retorno de Teerã a Londres, em 1860, teria se afundado no Museu Britânico com as traduções cuneiformes de Nínive e do Behistun, atuando como parlamentar liberal moderado até receber o convite para integrar o Conselho da Índia, sob a condição de deixar o parlamento definitivamente. Em 1870, é então apontado como presidente da RAS, isto é, um ano após a inauguração do Canal de Suez em 1869, a cuja cerimônia nenhum representante da instituição comparecera, ao que se seguiu um expressivo corte de verbas para o Fundo de Traduções (*Centenary*, 1923, p. xix). Ele ficaria na função até 1876, quando é requisitado para acompanhar o rei persa em sua primeira viagem pela Europa e transmite a presidência para sir Rutherford Alcock. Nessa ocasião, aproveita para publicar, a desgosto de seus colegas de partido, o livro *Inglaterra e Rússia no Oriente*, com o propósito de incentivar o rechaço à influência czarista sobre a Ásia central. Segundo o seu biógrafo, a obra sintetizava uma estratégia política ainda influente em 1898, que ficou conhecida como “Política Asiática Rawlinsoniana”. Em tese, as negociações entre Lord Lytton, vice-rei da Índia

---

<sup>26</sup>Tratam-se dos palácios Norte e Sul do imperador assírio Assurbanípan (m. 631 a.C.). Ver Fagan, 2019, p. 37.

<sup>27</sup> Uma versão desta obra, de autoria provável de SIN-LÉQI-UNNÍNNI [século XIV-XIII a.C], cuja narrativa mítica remonta ao reinado de Uruk no século XXVII a.C., foi publicada em 2017 com tradução do acádio, introdução e comentários de Jacyntho Lins Brandão, sob o título: *Epopéia de Gilgamesh ele que o abismo viu*. São Paulo: Autêntica.

britânica (com quem Rawlinson se correspondia) e o emir [afegão] Shir Ali, no sentido de manejar o Afeganistão austral sob o governo britânico de Abdul Rahman, seriam vitais para um desfecho favorável no conflito entre Inglaterra e Rússia no Oriente (Rawlinson, 1898, p. 272).

A advertência contida na obra de Rawlinson se voltava tanto para a preservação do protetorado persa quanto do domínio inglês indiano em face do avanço da Rússia em direção à Índia após a absorção de todos os antigos canatos mongóis ao território czarista. O fato é que o emir afegão, em aberta hostilidade aos ingleses, recusou a aliança britânica e se associou aos russos, que estavam claramente interessados em desestabilizar a influência europeia na região e em desafiar o poderio turco. O desfecho desse conflito foi resumido por Colin Manson, que decidiu escrever em 2000 *Uma História da Ásia* no mesmo espírito preventivo de Rawlinson, da seguinte forma:

Qualquer um que considere uma aventura militar no Afeganistão deve primeiro examinar a retirada britânica de sua capital, Cabul, em 1842. Dos 700 soldados britânicos, 3.800 *sepoys* [sipaios] - tropas nativas - e 14.000 civis que fugiram de Cabul no inverno daquele ano, somente um sobreviveu. Um homem, cavalgando um cavalo exausto, conseguiu chegar ao forte britânico em Jalalabad para dar as terríveis notícias. [...] A guerra, que custou 50 bilhões de libras em valores atuais, não obteve coisa alguma - o rei que visavam suplantar, Dost Mohammad, retornou para o seu trono.

Esse episódio foi uma consequência de uma persistente má compreensão do Afeganistão pelos estrangeiros. Isso ainda é evidente hoje - inclusive se referir ao Afeganistão como uma nação e aos afegãos como um povo é substancialmente ilusório, uma vez que essa é uma região de muitas lealdades tribais e línguas diferentes e poucas afinidades além da religião. (Mason, 2017, pg. 198)

Mesmo esta última, completa o autor, é influenciada pela divisão entre uma maioria sunita e uma minoria xiita que inclui os hazaras, falantes do persa - um dos raros grupos xiitas em que até os aiatolás são favoráveis às mulheres em posições de liderança e, não por acaso, é um dos mais perseguidos atualmente pelo Talebã. Desde então, o Afeganistão é um campo de cultivo de ópio do povo que fertiliza um espinheiro de conflitos no coração do mundo.

Depois de se envolver pontualmente em uma série de conferências em Bruxelas, que tinham por objeto a exploração do "Continente Negro" (a África), Rawlinson enfim retorna aos assuntos asiáticos e é reconduzido à direção do Comitê Político do Conselho da Índia. Aqui termina o que nos interessa da sua trajetória. Como profundo conhecedor da língua e da região asiática de cultura

persa, sensível aos interesses persas e contrário aos abusos da coroa britânica, estrategista na questão russa, reconhecido por suas habilidades diplomáticas, ele se tornaria figura chave nas relações entre Inglaterra e Pérsia. Sua importância revela sobretudo o quanto o elemento persa era mais estratégico do que o árabe para o orientalismo britânico de fins do XIX: enquanto o mundo árabe estava sob domínio Otomano, que representava apenas um poder intermediário e aliado comercial, o passado imperial persa na Ásia central e meridional era ameaçado pela expansão russa e a fissura se aprofundava justamente no território afegão.

Apesar da aversão contemporânea ao personalismo orientalista, é sem dúvida significativo que esse major convertido em arqueólogo-filólogo e em diplomata de assuntos persas, servindo a RAS por 32 anos como membro e pesquisador e 20 anos como conselheiro, viesse a assumir a presidência da instituição justamente nos seis anos de maiores reviravoltas econômicas e políticas que culminariam, por fim, em uma crise decisiva. Rawlinson dedicara a vida ao deciframento do texto trilingue do Behistun, colaborando com o das tabuinhas babilônicas e do Código de Hamurabi, que foram, para dizer o mínimo, três das maiores contribuições para a História e a Filologia. Até então nenhuma investigação do tipo dotara o conhecimento do passado humano de tanta profundidade temporal, com exceção talvez somente das pirâmides egípcias e dos textos hititas. Se, por um lado, liderou descobertas arqueológicas e filológicas sem precedentes, por outro, intermediou o interesse militar estratégico na Eurásia e assumiu a autoridade institucional da RAS por razões mais políticas do que científicas, pois a retirada de apoio financeiro da Coroa fora um gesto de retaliação aos seus membros que, cientes dos irreversíveis impactos econômicos, políticos e militares com a abertura do canal de Suez na região, não lhe foram coniventes.

Não obstante, esse momento crítico da RAS (não sanado pela gestão de Rawlinson), que coincidiu também com o auge das hostilidades entre Inglaterra e Rússia, foi talvez o grande ponto de inflexão, de morte-vida da instituição: uma oportunidade de recomeçar do zero e "desaparelhar" o meio orientalista. O *Journal*, falido desde 1884, é restaurado no âmbito de um Comitê de Publicações que voltaria a confeccionar, estocar e distribuir o periódico, financiando as próprias publicações e traduções com o subsídio de inscrições a membros e instituições e com venda direta ao público. Nessa época, o Comitê de Correspondência mantinha viva comunicação com a sede em São Petersburgo e com os comitês coreano e chinês, apesar dos conflitos que também envolviam os interesses ingleses nos mares da China e da

Indonésia. Já o avanço definitivo da penetração britânica no território indiano, marcado por revoltas e desastrosos e irreversíveis resultados para as estruturas fundiárias e legais nativas, provocaria uma resistência social e política de tal proporção que, paradoxalmente, impulsionaria a integração dos eruditos nativos no projeto orientalista justamente quando este começa a se internacionalizar e academizar.

Assim, em 1888 amplia-se a participação de membros estrangeiros e, a partir de 1889, se intensifica o intercâmbio com universidades e bibliotecas. O Fundo de Traduções Orientais, que havia quebrado em 1867, é revivido em 1890 e, durante o 10º. Congresso Internacional de Orientalistas, em 1894, discute-se a uniformização do sistema de transliteração para o hebraico, sânscrito e árabe (parâmetro também para o persa) (*Transliteration Report*, 1896). Em 1902 é criado ainda um Fundo de Monografias, que passaria a investir na distribuição de panfletos e catálogos de coleções em bibliotecas e universidades e na oferta de subscrições para instituições em todas as partes do mundo. Ou seja, se em termos econômicos é o momento da conquista de autonomia, a reviravolta acadêmica propicia um desligamento dos interesses imperiais, impulsionando uma conexão mais horizontal entre as instituições e organizações envolvidas.

Em fins do XIX, as coleções orientais as principais coleções orientais europeias se tornavam visivelmente crescentes e a conexão da RAS com as universidades e outras sociedades asiáticas dinamiza esse crescimento, inclusive dentro da Inglaterra e colônias. O Museu Britânico, o primeiro a herdar o material da Biblioteca Oriental do Índia Office de Bengala e cujo acervo seria mais tarde desmembrado para compor a British Library, passou a se equiparar às bibliotecas de Oxford (Bodleian), Paris, Vaticano e Dublin (Chester Beatty), após adquirir, em 1867, a coleção síriaca de manuscritos do século 4º. do convento de Mary Deipara, no Deserto Nitriano, e de incrementar o Setor de Mapas e Manuscritos (Esdaile, 1948)<sup>28</sup>.

Por volta dessa mesma época, o diretor do Comitê em Calcutá, Denisson Ross, preparava o *Catálogo de Manuscritos Árabes e Persas da Biblioteca Pública da Bankipore – Firdausi to Hafiz*, para ser publicado na Índia. Após convencer Lord Curzon da imperativa necessidade de inventariar a coleção de 4 mil livros deixados por Mohamed Bakhsh Khan, um erudito local, Ross consegue patrocínio do governo indiano e sai em busca “do homem certo para a tarefa”. Encontra, enfim, dois estudantes que lhe pareciam ter as “qualificações” e “gostos” necessários: Kamaluddin Ahmad e Abdul Muqtadir,

---

<sup>28</sup> Ver *Chapter IV: Two public enquiries: growth and dissention*.

ambos reconhecidos mulás de avançada formação nos moldes islâmicos.<sup>29</sup> Numa época em que os brâmanes já assinavam as suas próprias traduções védicas do hindu para o inglês, não espanta a generosidade de Ross em dar os devidos créditos aos seus assistentes nativos, salientando, mormente, que foram treinados nos padrões da “racionalidade” europeia para elaborar o referido catálogo-modelo (*Catalogue*, 1908, p. vii). A catalogação, porém, não sendo temática, nem cronológica ou alfabética, segue talvez o estilo dos compêndios islâmicos – eis um exemplo claro da atitude pendular orientalista, que oscilava do “cientificismo” eurocêntrico à bajulação e aderência acrítica aos métodos nativos.

A essa altura, a RAS, instituição mais importante do orientalismo britânico, tinha adquirido uma feição declaradamente acadêmica e se distinguia então pela autonomia financeira, o prestígio científico e a ampliação internacional, estendida agora *visivelmente* aos eruditos nativos. A sua atividade tradutória foi decisiva tanto para a independência econômica, que permitia autonomia intelectual, quanto para a integração e extensão da rede colaborativa internacional, integrando os centros formativos nativos aos europeus, o que de certo modo prepara o terreno para a transferência de cérebros do mundo muçulmano e de outras regiões ditas orientais para as universidades europeias e americanas na primeira metade do século XX.

Sem dúvida, foi com essa perspectiva que se criou, por demanda da RAS junto ao parlamento, a *School of Oriental Studies*, inaugurada em 1917 sob a direção do mesmo Denisson Ross.<sup>30</sup> Com a crescente colaboração transversal entre pesquisadores dos mais variados perfis e origens, uma nova dinâmica, bem mais complexa do ponto de vista ideológico, caracterizaria o Orientalismo acadêmico a partir de então, tendo a RAS como pivô britânico dessa articulação internacional (Simmonds & Digby, 1979) que propiciaria o acesso àquelas obras e fontes estrangeiras, outrora raptados e hoje globalmente acessíveis via traduções em plataformas digitais para serem reforçados cientificamente *à la carte*.

---

<sup>29</sup> O catálogo final foi assinado somente por Muqtadir, pois Kamaluddin Ahmad foi nomeado superintendente da Madrassa de Chitaggong e seu lugar foi ocupado por Azimuddin Ahmad, especialista que já cuidava das obras árabes em medicina naquela mesma coleção.

<sup>30</sup> Atual *School of Oriental and African Studies* (SOAS) da Universidade de Londres. A primeira do gênero no mundo, a faculdade se destacaria mais tarde por sediar a Escola Histórica Crítica, cujo método se afastaria tanto da historiografia clássica europeia quanto da islâmica.

## Rotas do saber<sup>31</sup>

Não apenas o rapto de autorias, mas o rapto científico é uma marca historiográfica da relação Oriente-Occidente debelada pelo orientalismo acadêmico, em especial no tocante à História da Ciência, que também se valeu (e ainda se vale em grande medida, justificadamente,) das práticas arqueológica e tradutória, ambas desveladoras de intercâmbios e itinerários de produção científica. Ademais, a exemplo dos islâmicos de outrora, os orientalistas aliavam ciência e viagem e com frequência “cartografaram” os percursos de conexão entre sociedades diversas através dos tempos, rastreando especialmente os processos de transferência do saber em um complexo circuito de rotas histórica e geograficamente identificável.

William Wright, um missionário do século XVIII, observou que “a sabedoria grega migrou de Atenas e Bizâncio para Edessa, de Edessa para Bagdá e de Bagdá para Córdoba, Salerno e Montpellier’, quando Aristóteles e Galeno foram traduzidos ao árabe” (Esdaile, 1948, p. 296, nota 2), constatando um circuito que conectava a intelectualidade medieval islâmica à cristã. Apesar da linearidade dessa afirmação, que ainda situa a cultura greco-romana na base da civilização moderna europeia<sup>32</sup> tendo o árabe como um mero *transmissor*, ela preserva a noção de intercâmbio cultural tão cara à investigação orientalista e que seria central para os estudos das traduções científicas.

No circuito de Wright, a rota de Atenas e Bizâncio para Edessa remete à diáspora intelectual/espiritual do século III, dos tempos da cisão da Igreja cristã em Oriental e Ocidental, quando monges e eruditos falantes do grego, coopta e siríaco se refugiaram nos reinos de Palmira, Edessa e outros domínios orientais. O legado dessa diáspora se dispersaria posteriormente ao longo dos séculos IV e VI, durante a guerra Persa-bizantina, quando filósofos pagãos e assírios nestorianos são recebidos na universidade persa de Gondishapur, no século VI, e ali tem a oportunidade ainda de intercambiar conhecimentos com eruditos indianos e chineses que ali afluíam a convite de Borzoye e sob o patronato de Khosrow I (531-579 CE), quem comissionou traduções para o Páhlavi (persa médio) de textos em astronomia, astrologia,

---

<sup>31</sup> A noção de rota para indicar trajetos históricos de transferência do conhecimento contra a noção de uma divisória Oriente-Occidente, é inspirada na proposta de Peter Frankopan em *O coração do mundo*, 2019.

<sup>32</sup> A esse respeito, sugerimos a leitura sobre a incongruente periodização histórica ocidental que determina a Antiguidade baseada na “singularidade” greco-romana como base da civilização europeia, feita por Jack Goody em *O roubo da história: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*, 2019.

matemática e medicina indiana e medicina herbal e religião chinesas (budismo). Esse circuito é ignorado por Wright, focado na ideia da mera transmissão do legado grego, mas será bem identificado e valorizado pelos orientalistas acadêmicos que se centrarão nas traduções científicas árabes.

Com a tomada de Edessa pelos árabes muçulmanos da dinastia Omíada, no século VIII, materiais médicos, filosóficos (incluindo místicos) e astronômicos de ambas as rotas seriam então vertidos do grego, do siríaco e do persa para o árabe ao lado dos *diwans*, relatórios técnico-administrativos, que formavam um só *corpus* com os registros políticos locais. O mesmo projeto de traduções seria então ampliado pela dinastia abássida, a partir de Bagdá, no século VIII, na famosa Casa do Saber (*Dar al Hikma*), onde os materiais de Gondishapur se juntariam aos de Edessa, abarcando legados grego, persa, egípcio e hindu.

Deste circuito árabe-persa, temos registros da própria formulação teórica da atividade tradutória: Hunayn Ibn Ishaq (809–873, al-Hira), o *sheik* ou *pai* dos tradutores, que trabalhou na transição do governo omíada para o abássida, comenta os desafios enfrentados na transposição de vocabulário científico (relativo à Medicina, sobretudo) e na busca de equilíbrio semântico entre o sentido do texto original e sua tradução contextualizada; já al-Jahiz (868 d.C, Bassora), que dirigiu os trabalhos abássidas, explicita o processo mais complexo de adequar os aspectos pagãos dos textos filosóficos aos preceitos islâmicos, seguindo certa *orientação geral* (Salama-carr & Netton, 1997, pp. 385-393).

A menção de Wright à rota de Bagdá para Córdoba desvela justamente a noção muçulmana que polarizou Oriente e Ocidente entre essas duas cidades: o *al-Gharb* (Ocidente), designando as possessões islâmicas a Oeste de Bagdá, ou seja, Oriente Médio, Norte da África e Península Ibérica, em contraponto a *al-Sharq* (Oriente), isto é, Ásia Central e Meridional até o Sul da China. O Al-Andalus, sul da Península Ibérica, era justamente o ponto extremo de um “Ocidente” que se estendia, em pleno progresso cultural, por todo o Norte da África - região muçulmana em que se fundam universidades bem antes das europeias surgirem: Ezitouna (Tunis, Tunísia, 737), Al Qarounye (Fez, Marrocos, 859), Al-Ahzar (Cairo, Egito, 988). Wright estende esse circuito andalusino (magrebino ou *occidental*, na percepção de um muçulmano do século X) a Salerno e Montpellier, enfatizando o percurso mediterrânico a partir do qual depois a cristandade passaria a receber materiais científicos.

Note-se que aqui o Ocidente (muçulmano) se sobrepõe ao Oriente (cristão) no limiar de um território em disputa cujo ponto de

convergência/divergência se dá precisamente no marco europeu de origem da própria História do Brasil: Península Ibérica. Intersecção Oriente/Ocidente em projeção mútua no epicentro de uma retumbante e paradoxal assimetria histórica, fundante do orientalismo moderno e que ademais dispõe, antagônicos, o Novo Mundo/Ameríndio “canibal”<sup>33</sup> versus Velho Mundo/Europeu “civilizado”.

Com efeito, exatamente ali, nas fronteiras do emirado de Córdoba recém conquistado (período das Taifas) e sob os auspícios do quase lendário Afonso X, rei de Castela, foi fundada a Escola de Tradutores de Toledo (séc XII) pelo Arcebispo Raimundo. Com ajuda de monges da ordem de Cluny e de eruditos judeus e árabes, o arcebispo iniciaria traduções ao latim de obras médicas, astronômicas, e de quase toda ciência desenvolvida em língua árabe até a época, incluindo as reflexões sobre tradução de Hunayn Ibn Ishaq, dali difundidos ao mundo latino - isto é, europeu.

Em Toledo os materiais eram vertidos do árabe para o latim, reinterpretados do grego, revistos a partir do hebraico, e, às vezes, traduzidos diretamente para o castelhano por uso de uma metodologia peculiar que mesclava tradução textual com a recitação oral e bilingue, para confirmar o sentido (Monteiro, 2021). Nesse contexto há tradutores de origens culturais, étnicas, linguísticas e religiosas diversas, incluindo germânicos, holandeses e bretões, embora a maioria dos trabalhos seja de assinatura coletiva sob a direção de Gerardo de Cremona (XII). Aqui, como nos circuitos anteriores, embora falemos em “tradução”, não quer dizer que os materiais excluíssem ampliações e observações empíricas e teóricas ou mesmo manuais científicos de autoria mais recente, como é o caso do *Tratado da agricultura* do andalusino Ibn Bassal (1050, Toledo, Sevilha), vertido por Abū 'l-Khayr e Ibn Ḥajjāj, no século XII, e depois por Abu Jafar al-Tujjbi (d.1349, Almeria), no XIV. Uma versão espanhola de Abū 'l-Khayr seria retraduzida ao francês, no século XIII.<sup>34</sup> Tradução técnica essa que, por registrar uma ciência prática de grande valia econômica para a época, poderia figurar talvez não menos do que indício

---

<sup>33</sup> Sobre o termo “canibal”, provável corruptela de caribean ou “awracan”, termo nativo da região caribenha, e sua tradução equívocal, ver Eric Cheyfitz, 1997.

<sup>34</sup> O trabalho, intitulado no original em árabe de *Dīwān al-filāha*, recebeu edições orientalistas modernas: ‘La traducción castellana del ‘Tratado de Agricultura’ de Ibn Baṣṣāl’, Al-Andalus, 1948. por José Maria Millás Vallicrosa (1897-1970), Estudios Hebraicos, Universidade de Barcelona. *Kitāb al-qaṣd wa'l-bayān*. Libro de Agricultura. 1955. Por Millás Vallicrosa & M. Aziman. Tetuan: Instituto Muley El Hassan. Sezgin, F. (ed.). Agriculture. Texts and Studies 5 [Natural Sciences in Islam 24]. Frankfurt: Institut für Geschichte der Arabisch-Islamischen Wissenschaften, 2001.

da adaptação do "modo de produção oriental" para o sistema de latifúndio das colônias d'além-mar.<sup>35</sup>

Wright fecha o circuito em Salerno e Montpelier, centros retroalimentados tanto por Toledo (via Paris), quanto por Bolonha (1088), Módena (1175) e mais tarde Nápoles (1224), Florença (1321) e La Sapienza (Roma, 1330), escolas por sua vez igualmente abastecidas pelos intercâmbios com Istambul, Alexandria, Antióquia e diversos outros lugares do circuito mediterrâneo. Mas, e quanto aos mares do Norte? Historiando o Orientalismo, Arthur Arberry irá destacar que um dos primeiros ingleses conhecidos por verter textos árabes foi Abelardo de Bath (1080-1152), tutor de Henry II (1943, pg. 14). Curiosamente, vários *Roberts* do período ficaram conhecidos como arabistas: Robert de Chester (século XII), que traduziu obras do matemático Kwarismi (780- 850, Bagdá), trabalhos de alquimia de al-Geber (721-815, Tus, Kufa), e estudos de ótica de al-Nayrizi (865-922, Fars); Robert de Ketton e Robert Grosseteste (1168-1253), este último ligado à Universidade de Oxford, conhecido por traduzir a Ótica de al-Hasen (965-1040, Cairo), cuja versão latina cairia em mãos de Leonardo Da Vinci (1452-1519) e seria traduzida para o inglês por Friedrich Risner (1533- 1580),<sup>36</sup> lida por Johannes Kepler (1571- 1630) e mencionada por Galileo Galilei (1564-1642) em seu estudo do telescópio para observação astronômica. Estudos de al-Biruni (973–1048, Gazna) sobre aceleração, de Ibn Sina (980-1037, Bucara) sobre inclinação e movimento no vácuo, e de Avempace (1085–1138, Andalusia) sobre força propulsora, também chegariam às mãos de Isaac Newton (1643-1727).

Temos assim o entrecruzamento de ambos os circuitos, o mediterrâneo e o andalusino, levando a ciência islâmica medieval diretamente aos mares bretões (o que também escapou à Wright), cuja recepção ainda vale muito estudo. Os Roberts e outros arabistas ingleses do século XII são sem dúvida os primeiros a contribuir com traduções vernaculares para as duas primeiras coleções orientais britânicas que, coincidentemente, estão não apenas nas universidades mais antigas da Europa, mas naquelas que se tornariam referência do Orientalismo acadêmico com seus acervos asiáticos

---

<sup>35</sup> Revisão que o orientalista Karl August Wittfogel faz do conceito marxista (*Oriental Despotism: A Comparative Study of Total Power*. New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1957.), repensado criticamente por Bryan S. Turner, Bryan S. (*Marx and the End of Orientalism*. London: George Allen & Unwin, 1978.)

<sup>36</sup> *Kitāb al-Manāẓir* (Book of Optics), Ḥasan Ibn al-Haytham; em latim *Opticae Thesaurus Alhazeni Arabis* (Basel, 1572).

e africanos: Oxford (1096) e Cambridge (1209), de onde materiais se distribuiriam depois para Glasgow, Trinity College (Irlanda), e vizinhanças.

Trata-se de centros basilares da formação de cientistas europeus aos quais se atribuem grandes “descobertas” da revolução científica moderna, devidas em parte a esse atalho ibérico no circuito que rebatizarei a partir de agora de afro-andalusino, pelo fato de ali se concentrar o resultado de século de debate entre os astrônomos dos principais observatórios islâmicos – Beijing (Pequim), Maragha (no Irã), Constantinopla e Granada – sobre o heliocentrismo. Sendo que, finalmente, no século XIV, a tese heliocêntrica é confirmada pelos astrônomos de Sancoré (Medupe, 2008), em Timbucto, Mali um dos principais reinos do Sahel que conectavam a *Afriqya* berbere à região subsaariana. Ou seja, é no coração do que depois se chamaria África Negra que o sistema solar foi desvendado; ao menos 2 séculos antes do sistema ptolomaico ser contestado por Copérnico (1473-1543, Prússia/Polônia), quem, por sinal, havia aproveitado cálculos registrados em Granada e Toledo – sem dar-lhes destaque, compreensivelmente, por escrever sob o escrutínio inquisitorial que a essa altura já perseguia qualquer ciência trazida dos mouros, considerados automaticamente hereges. E aqui cabe uma pergunta (de solução a meu ver, historiográfica): Por que tudo isso *ainda não é ensinado nas aulas de História Geral?*

\*\*\*

No debate que se sucede ao estudo dessas rotas e circuitos de transferência, tradução, transmissão e reformulação científica no mundo islâmico, questiona-se hoje alguns marcos históricos importantes para a definição da Modernidade como época histórica distintiva, tais como o do Renascimento (Saliba, 2007). E essas ressignificações históricas têm se mostrado decisivas para o reconhecimento de uma contribuição heterotópica (Tavakoli-Targhi, 2001) e intercultural no desenvolvimento científico mundial, contrariando-se a tese de uma modernidade resultante do progresso como atributo exclusivamente europeu. Ademais, a inter e multiculturalidade desses processos tradutórios do mundo islâmico (Gutas, 1998), especialmente do abássida (Salama-Carr, 1990), nos incita a revisitar as noções de invenção e mesmo de revolução científica usuais que, mesmo na perspectiva vanguardista de Thomas Khun, ainda não foram bem discutidas, seja nos campos das ciências físicas e biológicas (Montgomery, 2000), seja nas humanidades! Não são meros revisionismos que estão em jogo, mas

questionamentos profundos pertinentes à epistemologia histórica e historicidade historiográfica que só se tornaram possíveis graças às traduções produzidas no âmbito do Orientalismo acadêmico que se tornaram decisivas para se contestar justamente a visão eurocêntrica e linear da História, sobretudo da Ciência.<sup>37</sup>

## Historiografia nativa em tradução - o circuito persa-mongol

Vimos anteriormente certos circuitos de tradução, reformulação e transferência do saber que, se observados sob uma ótica não eurocêntrica, facilmente conduziram ao dismantelamento da noção de “descoberta científica” que permeia os nossos habituais referenciais históricos modernos, ancorados na identificação entre nação e identidade cultural e/ou linguística. Sem desprezar a existência de outros importantes roteiros nos territórios ainda em disputa no século XIX (como aqueles que, por terra ou mar, chegam à China), entraremos agora no circuito perso-mongol, cuja importância se dá justamente por seu valor historiográfico, lembrando que, para orientalistas, a História foi considerada modalidade textual à parte (talvez intermediária?) entre Ciência e *Bèlles Lettres* (ou *adab*).

A historiografia árabe do al-Andalus é um dos pontos altos de revisão e de disputa historiográfica no âmbito dos estudos medievais e islâmicos, trazendo à baila a questão da alteridade ao introduzir outras perspectivas historiográficas que implicam em narrativas alternativas. Isso tanto no que diz respeito às Cruzadas quanto à própria história ibérica, cuja era das Grandes Navegações, que globaliza efetivamente o mundo, fora precedida pela Era de ouro do al-Andalus, em que as comunidades muçulmana, judaica e cristã teriam vivido em plena tolerância, harmonia e cooperação cultural – ao menos até a chegada dos Almôadas no século XII. Menos conhecida entre nós, contudo, é a história do império Indo-Mughal que, por sua vez, apresentaria uma experiência histórica ainda mais liberal do que a andalusina.

Homayoun (1508-1556), acolheu persas perseguidos pela censura religiosa no reino vizinho safávida, e seu pai, Akbar o grande (1542- 1605 e.C.), liberaria não apenas cristãos, judeus, mas também zoroastrianos, hinduístas e budistas, do imposto religioso (*dimmi*), promovendo ainda uma reforma

---

<sup>37</sup> Nos estudos islâmicos, um dos autores mais relevantes nesse sentido foi Franz Rosenthal, alemão de origem judia que escreveu *The classical heritage in Islam* e também é um dos principais tradutores da *Muqaddimah* (Prolegômenos), do historiador islâmico tunisiano Ibn Khaldun.

educacional, implementada por Mīr Fathullāh Shirāzi (c. 1582), que permitiu a formação hinduísta em paridade com a islâmica. Nesse contexto, estabeleceu igualmente, em 1574, em Fatehpur Sirki (500 km ao Sul de Lahore), a *Maktab Khaneh* (Casa dos Escribas), onde obras literárias, religiosas, historiográficas e científicas, muitas destas oriundas da antiga universidade budista Nalanda (Bihar), seriam vertidas pela primeira vez do hindustani e do sânscrito ao persa moderno.

A violência característica das invasões mongóis, que poucos séculos antes haviam devastado o próprio mundo muçulmano e aterrorizado os espíritos nas bordas da cristandade, foi substituída aqui por essa política cultural conhecida como *Política da paz absoluta* (*ṣulḥ-i kul*). Apesar disso, os sucessores de Akbar (incluindo o famoso Shah Jahan, que mandou erigir o Taj Mahal) reorientariam o reino à ortodoxia islâmica e será em plena deterioração do domínio mughal, já disperso em pequenos reinos espremidos a Leste pela ascensão marathi no Centro-Oeste, que os ingleses encontrariam o território indiano no século XVIII. E, com a colaboração dos ingleses, o material oriundo da Maktab Khaneh receberia tratamento editorial, impressão e difusão em Delhi e Lahore, sendo destinado primeiramente à circulação local e servindo posteriormente de fonte aos orientalistas europeus (Ramezannia, 2014).

Muitas obras da historiografia indo-mongol interessaram de imediato aos britânicos, tais como: *Tārīkh-e jehān-gushā* (*História relatada do conquistador do mundo*), de ‘Atā Malek Jovaynī (1226 – 1283), editada e traduzida por Mirza Muhamad Qazvini e Granville Browne e, depois, por John Andrew Boyle (Harvard University Press, 1958); *Tārīkh-e Firoz Shah* (*História do Rei Firuz*), compilada por Ziauddin Barani (1285-1375) no sultanato de Délhi, vertida por Henry Miers Elliot (Trübner & C., 1871); *The History of India, as Told by Its Own Historians; Akbar Nāmeḥ* (*Livro de Akbar*), de Abū’l Fazl (1551-1602), traduzido por Heinrich Blochmann e publicada em Leipzig e Calcutá pelo *JRAS*; *Tārīkh-e Firishta* (*História de Ferishta* [1560-1620]), de Muhammad Qasim Hindu Shah, vertida parcialmente por Alexandre Dow em 1768 e publicada quase na íntegra por John Briggs em 1829, sob o título *The History of the Rise of the Mahomedan Power in India* (London: RAS), traduzida por Meer Kheirat Ali Khan.

Essa corrente historiográfica produzida por autores muçulmanos que escreveram predominantemente em persa difere tanto daquela em língua árabe, representada por cronistas como al-Tabari (839–923, Mazandaran, Bagdá), al-Biruni (973-1048, Corásmia), ou mesmo Ibn Khaldun (1332-1406,

Tunis, Cairo), quanto da corrente persa clássica representada por Ferdowsi (IX, Tus)<sup>38</sup> e Beyhaqi<sup>39</sup> (m.1077, Ghazna), na qual se verifica certa convergência do literário com o histórico. Ela contrasta igualmente com os escritos hindus, em que os gêneros literário, científico, histórico e religioso habitualmente se mesclam. Sua especificidade reside, sobretudo, em valorizar o testemunho ocular em detrimento da autoridade oral (um traço distintivo da metodologia islâmica) e em integrar consultas arqueológica e arquivística como forma de *verificação empírica da veracidade dos relatos*. Tal procedimento foi notado em Ferishta, cujas evidências documentais o próprio tradutor e historiador nativo, Meer Kheirat Ali Khan (autoria efetiva por detrás de John Briggs), também vai, por sua vez, a campo verificar.<sup>40</sup> Assim como no caso de Hormuzd Rassam, a colaboração desse tradutor-historiador no estudo da cultura material é um forte indício de que, além do suporte tradutório, o Orientalismo (como área) não se erigiu sem uma boa dose de empirismo e do senso arqueológico *nativos*.

Necessariamente interdisciplinar e intercultural, desafiadora do *modus operandi* historiográfico convencional centrado no texto, a Arqueologia se desenvolveu praticamente conexas ao Orientalismo em todas os seus interesses e momentos decisivos, mobilizando então noções temporais e espaciais culturais e originárias, não restringindo-se às técnicas do palimpsesto e da estratigrafia. É por tal traço que a historiografia persamongol, hoje bizarramente situada fora de qualquer interesse nacional,<sup>41</sup> será considerada então de valor ímpar. Ademais, ela conduzia justamente à compreensão daquela região eurásiana que no XIX estava na mira do interesse britânico, o qual, longe de visar o império otomano e seus domínios árabes (já penetrados comercialmente), disputava os reinos da Ásia Central com a Rússia. Porém, ela não era a única que, em meio a tantos materiais

---

<sup>38</sup> Autor do clássico *Shah Nameh* (Livro dos Reis).

<sup>39</sup> Abu'l-Faql Muḥammad ibn Ḥuseyn Beyhaq. *A História de Beyhaq (Tarikh-i Bayhaqi)* foi usado como fonte por Clifford Edmund Bosworth em *The later Ghaznavids: splendour and decay of the dynasty in Afghanistan and Northern India 1040-1186*, publicada em Londres, em 1977.

<sup>40</sup> Detalho a colaboração de Meer Kheirat Ali Khan, que auxiliou o general John Briggs na tradução da obra de Ferishta, bem como a do literato iraniano Mizra Mohammad Qazvini com Granville Browne e diversos outros orientalistas, em [Orientalismo e historicidade na tradução de obras sufis](#), 2021.

<sup>41</sup> Tavakoli-Targui apelidou essa historiografia de *homeless*, por relatar acontecimentos ocorridos antes da formação dos estados modernos e não ter sido adotada por nenhum país em que o persa é idioma oficial, ou, no caso da nação indiana, por ser desprezada justamente por ter sido escrita na língua e na ótica dos antigos dominadores (2001, pp. 8-14).

linguisticamente diversificados<sup>42</sup>, levavam à uma forte dependência intelectual dos investigadores europeus com relação aos mulás, ulemás, panditas ou brâmanes, pois a tradução *não tinha como ser feita* sem a supervisão ou participação desses eruditos nativos.

Se tais traduções historiográficas (muitas delas de autoria raptada) foram *constituídas com base ou diretamente em perspectivas locais* e por eruditos nativos que não somente serviram de tradutores e guias-intérpretes, mas também de historiadores e arqueólogos, onde estaria a “distorção”, o “filtro” e o “simulacro” na representação do Outro? Como falar de assimetria histórica, quando a restauração do passado ocorre sob o escrutínio de especialistas *cultural e linguisticamente pertencentes*?

Como se vê, as rotas científicas, literárias e historiográficas que alimentaram o orientalismo em geral, e o inglês em particular, desde o estabelecimento até a reformulação da RAS como instituição central do saber, estão todas intrincadas em circuitos tradutórios. Muitas vezes o literário se mesclou ao historiográfico, e o historiográfico conduziu ao científico, sendo a historiografia persa, com todos os seus indícios intertextuais e inter-historiográficos, um exemplo de complexa dialética da alteridade/historicidade em investigação.

## Bibliografia

- ARBERRY, A. J. (1943) *British Orientalists*. Glasgow/ London: William Collins of London Ltd.
- BHABHA, Homi K. (1994) *The Location of Culture*. London/USA/Canada: Routledge.
- CATALOGUE of the Arabic and Persian Manuscripts in the Oriental Public Library at Bankipore*. (1908) Prepared by the government of Bengal under the supervision of E. Denison Ross, Calcutá.
- CENTENARY Volume of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland, 1823-1923*. (1923) Compiled and Edited by Frederick Eden Pargiter, London.

---

<sup>42</sup> A sessão de Oriente Médio do British Museum se diversificaria em fins do XIX nas seguintes ramificações linguístico-culturais: assíria, aramaica, siríaca, karshuni, caldaica, hebraica, copta, etíope/abissínia, árabe, persa, turca, armênia, georgiana. A seção indiana, por si só, abarcava: hindi (sânscrito e prakriti), panjabi, hindustani, sindhi, pashtun e dialetos ligados às precedentes como mahrata, gujarati, bengali (conexo ao sânscrito indiano), oriya e assamesi, os mais antigos canarese, badaga, kurg, as dravidianas tamil e telugu, o birmanês, o pali e o ceilanês vernacular entre outros. (Esdaile, 1948).

- CHEYFITZ, Eric. (1997) *The poetics of imperialism: translation and colonization from the Tempest do Tarzan*. University of Pennsylvania Press.
- ESDAILE, Arundell. (1948) *The British Museum Library - a short history and survey*. London: George Allen & Unwin Ltd.
- FAGAN, Brian. (2019) *Uma breve história da Arqueologia*. Tradução Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM.
- FRANKOPAN, Peter. (2019) *O coração do mundo. Uma nova história universal a partir da Rota da Seda. O encontro do Oriente com o Ocidente*. Tradução Luis Reyes Gil. São Paulo: Planeta.
- GOODY, Jack. (2019) *O roubo da história: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto.
- GUTAS, D. (1998) *Greek thought, arabic culture*. Londres/ Nova York: Routledge.
- HALLAQ, Wael B. (2018) *Restating Orientalism. A Critique of Modern Knowledge*. New York: Columbia University Press.
- HODGSON, Marshall. (1993) *Rethinking World History. Essays on Europe, Islam and World History*. UK: Cambridge University Press.
- IRWIN, Robert. (2006) *Dangerous Knowledge. Orientalism and its Discontents*. New York: The overlook Press.
- MASON, Colin. (2017) *Uma breve História da Ásia*. Rio de Janeiro: Editora vozes.
- MEDUPE, Rodney Thebe (2008). *Astronomy of Timbuktu*. UK : Cambridge University Press.
- MESCHONNIC, Henri. (2007) *Étique et politique du traduire*. Paris: Verdier.
- MONTEIRO, F. C. M. (2021) *A Escola de Tradutores de Toledo: a oralidade da escrita*. *Cadernos De Literatura Em Tradução*, v. 23, pp. 417-435.
- MONTGOMERY, S. (2000) *Science in translation: movements of knowledge through cultures and time*, Chicago, University of Chicago Press.
- NIRANJANA, Tejaswini. (1992) *Siting Translation. History, Post-Structuralism, and the Colonial context*. Oxford/ Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1992.
- RAMEZANNIA, M. (2014) *Persian Print Culture in India, 1780-1880*. Thesis (Doctor in History), Jawaharlal Nehru University, New Delhi, India.
- RAWLINSON, George. (1898) *A memoir of major general sir Henry Creswicke Rawlinson*. With an introduction by field Marshal lord Roberts of Kandahar. London, New York, Bombaim: Longmans, Green and co.

- REGULATIONS for the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland.* (1827) Em *TRANSACTIONS of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland.* London/Paris: Parbury, Allen & Co./Dondey Dupret et son's.
- ROBINSON, F. (2007) Os impérios dos países centrais nos séculos XVI e XVII. In: *O mundo islâmico – o esplendor de uma fé.* Tradução Fabiana Camargo. Barcelona: Ediciones Folio.
- ROSENTHAL, F. (1992) *The classical heritage in Islam.* Londres/ Nova York: Routledge.
- SAID, Edward W. (2007) *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente.* Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras.
- SALAMA-CARR, M. (1990) *La traduction à l'époque Abbasside,* Didier Érudition.
- SALAMA-CARR, M., AGIUS, D. (Ed.), & NETTON, I. (Eds.). (1997) *Translation as seen by Al-Jahiz and by Hunayn Ibn Ishaq - observer versus practitioner.* In *Across the Mediterranean Frontiers - Trade, Politics and Religion 650-1450* (pp. 385-393). Belgium: Brepols Publishers.
- SALIBA, George. (2007) *Islamic Science and the Making of the European Renaissance.* London/ Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press.
- SIMMONDS, Stuart; DIGBY, Simon. (1979) "The Royal Asiatic Society; its history and treasures" In *Commemoration of the Sesquicentenary Year of the Foundation of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland.* Leyden: E. J. Brill.
- TAVAKOLI-TARGUI, Mohamad. (2001) *Refashioning Iran. Orientalism, Occidentalism and Nationalist Historiography.* New York: Palgrave.
- TRANSACTIONS of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland.* Volume 1. (1827) London/Paris: Parbury, Allen & Co.; Dondey Dupret et son's.
- TRANSACTIONS of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland.* Volume 2. (1830) London: London/Paris: Parbury, Allen & Co./ Dondey Dupret et son's.
- TRANSACTIONS of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland.* Volume 3. (1835) London/Paris/Leipzig: J. Murray, Parbury, Allen & Co./Theophile Barrois, fils/ Black, Young and Young.
- TRANSLITERATION Report. Reprinted from the Journal of the "Royal Asiatic Society, october, 1896".* (1896) London: Royal Asiatic Society.
- TRIVEDI, Harish. (1995) *Colonial Transactions: English Literature and India.* Manchester: Manchester University Press.

YUNIS, L. (2021) Orientalismo e historicidade na tradução de obras sufis, *EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 13–46, 2021.